



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA (10ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos onze dias do mês de abril do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima (10ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de abril e 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário as Atas das Terceira (3ª) e Quarta (4ª) Sessões Extraordinárias, realizadas ambas, em 28 de abril de 2016, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Waldemar Marcurio Filho, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei Complementar nº 06, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 21/2016, datada de 05/04/2016, objeto do Ofício nº 21/2016, de igual data, “dispondo sobre alteração de referência salarial do emprego público de advogado, do quadro de pessoal da administração direta”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 110/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: requeiro informações sobre a destinação da área institucional localizada no Jardim Quartieri. Requerimento nº 111/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares e outro. Assunto: requeiro ao Senhor Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, juntamente com a Secretaria de Planejamento, informações sobre os terrenos vazios, que se localizam entre os jazigos, na parte antiga do Cemitério da Saudade. Requerimento nº 122/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: Requeiro à Secretaria de Obras Serviços e Habitação a convocação do representante da empresa Mazza Fregolente vencedora da licitação de prestação de serviços da iluminação pública, para comparecer na sessão da Câmara Municipal, no dia 25 de abril, às 18h30. Requerimento nº 124/2016. Autoria: Marcos Bento Alves de Godoy. Assunto: requer à Gerencia de Limpeza Pública a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

notificação para limpeza de mato, água parada, construção de calçada e notificação, para dedetização e desratização do prédio abandonado, na Rua Ermete Maretti nº 269, requer também cópia da notificação e informações do porquê, até o momento, a empresa não ter sido citada. Requerimento nº 125/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: requeiro junto ao Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, para que através da secretaria competente, realize a recuperação da iluminação das quadras de esportes, localizadas em frente ao Grêmio Mogimiriano, na Avenida Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos, que sofreram com a ação de vândalos nos últimos dias. Requerimento nº 126/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: requeiro ao Deputado David Zaia informações sobre a documentação de regularização do Parque das Laranjeiras. Requerimento nº 127/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer cópia do contrato da reforma da EMEB Maria Paula das Dores Souza Leite. Requerimento nº 128/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: requer informações a respeito da EMEB Maria Paula das Dores Souza Leite. Requerimento nº 129/2016. Autoria: Leonardo David Zaniboni. Assunto: requer, ao Prefeito Municipal através da secretaria competente, que realize manutenção na Estrada Rural Municipal MMR 345, que dá acesso ao Clube XV, próximo à SP-340. Requerimento nº 130/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp e a secretaria competente, informações relativas às providências, que estão sendo tomadas, para que sejam executados os serviços de patrolamento e cascalhamento, nas ruas do Bairro Chácara São Francisco. Requerimento nº 131/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, oficie à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), informações sobre o atraso e a regularização da entrega de correspondências, no Bairro Jardim Planalto. Requerimento nº 132/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp e a secretaria competente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informações relativas às providências, que estão sendo tomadas, para que sejam executados os serviços de patrolamento e cascalhamento, nas ruas do Bairro Chácaras Sol Nascente. Requerimento nº 133/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Os Vereadores do Partido Popular Socialista – PPS, vem através deste requerimento, solicitar ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, informações e providências, junto à secretaria competente, visando o reconhecimento e valorização salarial de todos os funcionários públicos, conforme o último projeto de lei aprovado nesta casa, concedendo benefícios aos Auditores Fiscais. Requerimento nº 134/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal informações referentes ao monitoramento das câmeras, instaladas na área central da cidade, devido as recentes ocorrências, de vandalismo e assaltos. Requerimento nº 135/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através de suas Secretárias Competentes, informações referentes as providencias que estão sendo tomadas para que sejam feitas melhorias da remarcação de solo da sinalização de trânsito, em toda a área central do município. Requerimento nº 136/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Sr. Prefeito Municipal, que através do Serviço Autônomo de Água e Esgotos do Município de Mogi Mirim – SAAE, informações e estudos para que, nas contas de consumo da água e esgotos, apresentada pela Autarquia, aos consumidores que moram em residências alugadas, estejam em nome dos locatários de acordo com o contrato. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 229/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize operação tapa buracos da Rua Vicente Pereira de Lima, no Jardim Maria Beatriz. Indicação nº 230/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

buracos, na Rua Rubens da Silva Taveira, no Parque do Estado II. Indicação nº 231/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Dante Alighieri Vita, no Jardim do Lago. Indicação nº 232/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Lazaro Gonçalves, no Jardim Quartieri. Indicação nº 233/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Francisco Antônio Gonçalves, No Jardim Primavera. Indicação nº 234/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa buracos, na Rua Equador, na Vila Dias. Indicação nº 235/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação tapa buracos e recuperação, no meio fio, na Rua Antonieta Piccolomini Peres, no Parque do Estado II. Indicação nº 236/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize operação tapa buracos na Rua Felício Di Prospero, no Jardim Maria Bonati Bordignon. Indicação nº 237/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize operação tapa buracos, na Avenida Dr. João Avancini, no Bairro Mogi Mirim II. Indicação nº 238/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize manutenção de boca de lobo, localizada na Rua Genko Kotsuda, no Jardim Quartieri. Indicação nº 239/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize estudos para implantar dispositivo para diminuir velocidade, na Rua Dr. Humbert Bucci, no Jardim Quartieri. Indicação nº 240/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize manutenção na Rua Alexandre Coelho. Indicação nº 241/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

competente realize limpeza de boca de lobo localizada na Rua Benedito Rocha, no Jardim Maria Bonatti Bordignon. Indicação nº 242/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize recuperação do meio fio da Rua Benedito Martinho de Araújo, No Jardim Scomparin. Indicação nº 243/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize recuperação do meio fio na Rua Anisabel C. Costa, na Vila Santa Eliza. Indicação nº 244/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize roçagem do mato nos arredores do ponto de ônibus localizado ao lado do NIAS. Indicação nº 245/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize roçagem do mato e limpeza da praça localizada entre as Ruas Ederaldo Silveira Bueno e Honório Vital do Prado, no Jardim do Lago. Indicação Nº 246/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente realize limpeza das margens e manutenção das canaletas, na Rodovia Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos. Indicação nº 250/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção no pavimento asfáltico da Rua Pedro Simoso, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 251/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Avenida Nelson Patelli, localizada no Bairro Jardim Califórnia. Indicação nº 252/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Avenida Brasil, localizada no Bairro Jardim Califórnia. Indicação nº 253/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Rua Santa Catarina, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 254/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Rua Hélio Lockman Costa, localizada no Bairro Chácaras Sol Nascente. Indicação nº 255/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Rua Pedro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Simoso, localizada no Bairro Saúde. Indicação nº 256/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito imediata manutenção na iluminação pública da Rua Tenente Luiz Luciano da Fonseca, localizada no Bairro Chácaras Sol Nascente. Indicação nº 257/2016. Autoria: Leonardo David Zaniboni. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, através da secretaria competente, que providencie, com urgência, a limpeza e corte de grama na praça, situada na Rua Luiz Dante, no Parque Real. Indicação nº 258/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal junto a Secretaria de Mobilidade Urbana e Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para implantação de lombada na Rua Prof. Guiomar Maretti Marangoni, altura do nº 504, Jardim do Lago. Indicação nº 259/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indico ao Excelentíssimo Prefeito Municipal junto a Secretaria de Obras e Planejamento/Limpeza Pública, a realização de limpeza das guias e sarjetas no Bairro Jardim Brasília, principalmente, na Avenida Capitão João Gonçalves Teixeira, tendo em vista a altura do mato. Indicação nº 260/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: solicito ao executivo municipal coleta de entulho na Rua São Miguel, Vila Bianchi, nesta Cidade. Indicação nº 261/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: Solicito melhorias na iluminação pública da Rua do Tucura. Indicação nº 262/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: solicito ao Executivo Municipal reparos na camada asfáltica da Rua Rio de Janeiro, próximo ao nº 252. Indicação nº 263/2016. Autoria: Luiz Antônio Guarnieri. Assunto: solicito ao Executivo Municipal operação ‘tapa buraco’, na Rua Amazonas, nesta cidade. Indicação nº 264/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar a troca de lâmpadas queimadas com urgência na Rua Jorge Tibiriçá, em frente ao nº 714, Centro. Indicação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nº 265/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, que através de sua Secretária competente, atuação do serviço ‘tapa buraco’, ou recapeamento nos logradouros localizados no Jardim Inocoop e Jardim Scomparim, e adjacências, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes moradores da região. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 28/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: moção de congratulações e aplausos ao atleta Ivan Albano Junior, pela conquista do tricampeonato do UB515 Ultraman de Triatlo, realizado no Rio de Janeiro entre os dias 1 e 3 de abril de 2016. Moção nº 29/2016. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: moção de pesar pelo falecimento da senhora Maria Luiza de Jesus, ocorrido no dia 06 de abril. Moção nº 30/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na pessoa do Excelentíssimo Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, pela realização do 20º Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais – 2016 – Unidade Regional – UR.19 – Mogi Guaçu. Moção nº 31/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Alberto Barreiro, ocorrido em 02 de abril de 2016. Moção nº 32/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao Vigésimo Sexto Batalhão de Polícia Militar do Interior pela Inauguração da nova Sede da 2ª Companhia de Polícia Militar - Mogi Mirim. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício nº. 239/2016, datado de 11 de abril de 2016, subscrito pelo Senhor Prefeito Municipal, “respondendo a respeito do Requerimento nº 096/2016, desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência ao vereador interessado); Ofício nº. 215639, de 2015, datado de 10 de março do corrente ano, subscrito pelo Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves. “Venho fazer um comunicado. Estou apenas aguardando a data, que será marcada pela Vereadora Maria Helena, para irmos todos juntos até São Paulo, falar com o Secretário Adjunto de Segurança Pública, para falar dos grandes e contínuos assaltos, que ocorrem na zona rural. Na quarta-feira foi inaugurado o Batalhão da Polícia Militar – PM, na Rua Rio de Janeiro. Nós conversamos com o secretário, por breves momentos, comunicando que estaríamos em São Paulo, e que, a agenda seria com o adjunto. Faço o convite a todos os que desejem ir. Vamos locar uma van. Vamos cobrar da PM, da Guarda Civil Municipal – GCM e da Polícia Civil. Infelizmente, não permitem, que levemos munícipes, que não sejam vereadores, para a audiência, em São Paulo. Quem vai nos receber, falará só conosco. Duvido, que atenderá a todos. Seremos atendidos todos juntos. Vamos fazer uma pauta das reivindicações, sobre os assaltos, na zona rural, e outras ameaças. Convido todos os vereadores, pois aguardamos apenas a data, que a vereadora irá passar. Segundo assunto, convidar todos que nos assistem, vereadores e público em geral, para o dia 16 de abril, às 20 horas, no Centro Cultural. Vamos receber a palestra de Carlos Alberto Torres Ribaldo. Em comemoração ao aniversário do Grupo Amor Exigente. Ingresso é um quilo de alimento não perecível. E além do palestrante, teremos a honra de receber padre Haroldo Rham, fundador do Amor Exigente”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Apresentei um requerimento, oficiando à Empresa Brasileira



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Correios e Telégrafos, sobre informações a respeito do atraso e regularização da entrega de correspondências, no Bairro Jardim Planalto. Há atraso muito grande. A população reclama, pois está perdendo prazos de boletos e outros documentos. Fiz também, várias indicações, solicitando a operação tapa buracos. Cito a Rua Pedro Simoso, no Bairro da Saúde, onde fica a entrada da Guarda Civil Municipal - GCM. Peço que tapem os buracos, pois a cidade está totalmente esburacada. Sobre iluminação pública, a cidade também está bem devagar. Fiz várias indicações e cito a Avenida Nelson Patelli, no Jardim Califórnia. A falta de iluminação interfere na segurança do município. Peço reparos à empresa competente”, narrou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Semana passada, vereadores anunciaram cento e cinquenta mil reais, para obras de infraestrutura no Parque Laranjeiras. Quero informar, que nenhum deputado, até agora, arrumou qualquer centavo para infraestrutura das ruas, no Parque das Laranjeiras. Fizemos o levantamento. Citaram, inclusive, o nome do Deputado Sílvio Torres. Então, só para informar, que esta verba não chegou ainda, principalmente, para a Rua 30, o que não é verdade. Tenho o nome dos deputados. Roberto de Lucena conseguiu cento e cinquenta mil reais; Miguel Lombardi conseguiu cem mil reais; Baleia Rossi conseguiu cem mil reais; Carlos Sampaio, através do Vereador Osvaldo Quaglio, conseguiu cem mil reais, e Floriano Pesaro está para liberar quinhentos mil reais para a Santa Casa. Só para informar sobre o que foi dito, nesta Casa. Que o Sílvio Torres arrumou cento e cinquenta mil reais, para o Parque das Laranjeiras. Isto não é verdade. Se existe tal verba, não chegou aos cofres. Vou trazer o Secretário de Captação aqui, para passar os dados. A população não pode ser enganada. A população tem que saber a verdade. O que aconteceu aqui, na verdade, foi antecipar. Foi a mesma coisa, que o prefeito fez, quando antecipou o anúncio dos sessenta milhões de reais, para asfaltamento do Parque das Laranjeiras. Tudo o que está sendo feito, está sendo feito com recurso próprio da prefeitura. Só para



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informar, não quero discutir, só passar o que me informaram e mostrar, que o que dizem aqui, não é verdade. Inclusive, o Vereador Benedito participou da reunião. Fizemos, para saber da realidade. Agradeço ao secretário, pelas reuniões, porque estão cobrando do prefeito as melhorias para o bairro. A última, foi no gabinete e o secretário deu a palavra, para a Rua 30. Ainda nesta semana, vão fazer a rede de esgotos e das galerias, boa parte da Rua 30”, explicou. Como o próximo orador, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. “Primeiramente, antes de falar da semana passada, vou registrar a presença do Diretor da FATEC de Mogi Mirim, André Girardi. Galileu, que também está presente na plateia. Lembrando-me que, no final de semana, trágico para o MMEC, você chegou a sete finais, nos últimos dez anos, através do Clube Pombal. Foi campeão cinco vezes. Agora, novamente, na final. Parabéns ao Time do Pombal. Time estruturado, em parceria com a Vila Dias. O time da primeira divisão só perdendo e vemos o amador só com profissionais e, no profissional, só amadores. Parabéns Galileu. Nós estaremos sempre na torcida. Semana passada, não estive na sessão. Logo, pela manhã, na segunda-feira, fui convidado, pela Defesa Civil de Mogi Guaçu, a estar em Bom Repouso, município onde se encontra a nascente do Rio Mogi Guaçu, que abastece Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Curiosamente, o rio Mogi Guaçu não abastece Bom Repouso, nem as cidades de Inconfidentes, Tocos do Mogi, Ouro Fino e Itapira. A primeira cidade a se abastecer do rio é Mogi Mirim e depois Mogi Guaçu. Daí, segue-se por Aguai, Pirassununga. Ninguém estava preocupado, analisaram a lama e o resultado prévio mostrou, que não havia nada que contaminasse. Como ambientalista e ecologista, nossa preocupação era com a vida do Rio Mogi Guaçu. Fomos lá e conseguimos chegar, fizemos a sondagem e viemos embora, mas nos atrasamos, razão pela qual não compareci a sessão. Projetos polêmicos. Tenho o voto consciente, não pude estar presente, mas gostaria. Felizmente, o ecoponto foi rejeitado. Os demais, votaremos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

hoje. Apenas um destaque especial para o Jornal A Tribuna, de Mogi Guaçu, que destacou nossa ida a cidade de Bom Repouso. Em Bom Repouso, como disse, constatamos que o desastre ambiental ocorreu. Porém, existe uma rodovia, que corta todo aquele vale. A lama parou no vale. Toneladas e toneladas. O crime ambiental aconteceu, porque o prefeito mandou rasgar a rodovia, então, toda lama veio abaixo. A lama está vindo. Se cai uma chuva, hoje, na nascente do Rio Mogi Guaçu, muita lama ainda vai descer. Denunciamos o crime na Secretaria de Estado de Minas Gerais. Deveriam ter retirado a lama, ao invés de terem autorizado o corte na rodovia”, explanou. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Boas-vindas aos munícipes. Ao diretor da FATEC, André Girardi, à Leila Iazzetta, nova integrante do PSDB e nova Presidente do Lar São Francisco. Aproveito o ensejo, para convidar a todos, para o Leilão do Lar São Francisco, no próximo domingo, cujo leiloeiro será Hélio Guarnieri. O pouco que contribuimos, para a entidade, é de grande valor. Falar sobre o Requerimento nº 128/2016, que versa sobre a EMEB Maria Paula das Dores, na Vila Dias, para a qual solicito providências a respeito da infestação de pulgas na escola. A prefeitura já tomou algumas providências, como noticiou o jornal A Comarca, e mandou fazer alguma desinfestação. Eu verifiquei, porque, para quem chega na escola, a impressão é de abandono. Mato, para todo lado. Forro praticamente caindo, luminárias, muitas delas, encostadas no chão, embora os alunos já estejam participando e tendo atividades na creche, que se localiza ao lado da Micheli Lucon. Lixo acumulado há muito tempo. Se a prefeitura não cuida e nem tira o lixo da frente da escola, de praça já seria pedir muito. Mas eu efetuei um levantamento. Estive nesta escola, no final do ano de 2013 e fiz o requerimento nº 705/2013, solicitando manutenção para a escola. Este problema não é de hoje. Havia infestação de pombos. O problema não é de hoje. A infestação de pulgas é decorrente de problemas antigos. Deve-se fazer a manutenção de acordo. Um zelo, com o dinheiro do munícipe, aplicado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nessas escolas. Não o que estamos vendo. Outro assunto. Li os jornais, no final de semana. O Chefe do Executivo reclamando da posição da Câmara, a respeito do ecoponto. Para quem não entendeu, vou tentar explicar. Tivemos inúmeras reuniões. Inclusive, com a Comissão de Justiça e Redação. Só que, algumas posições dos funcionários do DSM vieram irredutíveis. A principal, que nós questionamos. Até então, o projeto do ex-prefeito Carlos Nelson, de 2005, era a coleta de, pelo menos, meio metro cúbico. Nem isso a prefeitura faz, deixaria de fazer também. É muito cômodo, para o prefeito, jogar toda a responsabilidade no munícipe. É cômodo fazer isso. Não é responsabilidade da Câmara, que não foge, mas a responsabilidade é do prefeito. Queremos que o prefeito faça primeiro a sua própria responsabilidade, para depois, exigir que outros façam as deles. Sobre o SAAE, eu estive verificando alguns pontos. No anexo III, da audiência pública, a empresa deveria repassar doze parcelas de quinhentos mil reais. Daria um total de seis milhões. Neste mesmo anexo, agora publicado, com a devida alteração, a empresa deverá repassar seis parcelas e oitocentos mil reais; mais dezoito parcelas, de seiscentos mil reais, num total de quinze milhões e seiscentos mil reais. Tirando os nove mil e seiscentos de investimentos, sobrarão cento e noventa milhões de reais de retorno. Que belo negócio. Isto é parceria público-privada? Com toda sinceridade, com um retorno desses eu sentiria vergonha de participar de um consórcio, como este, onde o municie será lesado”, destacou. A próxima oradora foi a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira. “Desejo explicar o porquê redigi a moção de pesar à senhora Maria Luiza de Jesus. Eu conheci esta senhora, mulher guerreira, de família, adorava uma boa conversa e acompanhava tudo em relação à sua família e à sua cidade. Morreu aos cem anos. Sempre ativa. Realmente, agradeço a aprovação da homenagem à cidadã. Sobre o aumento do funcionalismo. Como funcionará? Sou funcionária. Tomamos conhecimento, que no mês de maio se dará o aumento funcionalismo. Vamos para o quarto ano do mandato e nos últimos três, não se viu aumento real



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para o funcionalismo, por um administrador, que prometeu o melhor. Até agora, os servidores estão só chupando o dedo. Até agora, os administradores estão só chupando o dedo e, para agravar, a administração não sabe quanto vai sobrar para o índice do aumento. Então, até agora, não se tem o índice de aumento. Mas cortaram a cesta básica, lesando os servidores, que contam com a cesta. Primeiro eles disseram, que cortaram penas a parte de limpeza, mas diminuíram a quantidade de óleo, açúcar e café. Pobre não pode tomar café da manhã, antes de trabalhar. Nem um cafezinho? Houve administração anterior, que cedia alimentação antes de colocar os braçais na rua. Depois, foi cortado. Hoje, o café da manhã, dentro da casa, foi cortado. Agora, o sindicato entrou no meio do assunto e saiu a notícia, que espero seja verdadeira, de que o prefeito teve juízo, vai voltar atrás e vai repor o que retirou da cesta, a partir do mês que vem. Vamos ver. Relativo ao SAAE, Vereador Luiz comentou. Realmente, estudamos. Realmente, é impressionante. Quem ganhar a licitação, terá um retorno de cento e noventa milhões de reais. Quem tiver dinheiro, para investir, saiba que valerá a pena. Falavam, que não iriam majorar o aumento. No entanto, está escrito no edital, que a partir do décimo-terceiro mês da assunção dos serviços, a tarifa referencial será acrescida de dez por cento, em termos reais e, a partir do vigésimo-quinto mês, a tarifa referencial será acrescida de mais dez por cento, em termos reais. Este governo gosta de brincar, com a população. Fazer a população e os vereadores de idiotas. Por fim, o prefeito gosta de brincar conosco, chamando a Câmara de fantoche, brinquedos, pois não teríamos entendido a preocupação dele, com o ecoponto. Algo que ele propunha para melhorar a questão do destino dos entulhos. Não fomos contra isso. Fomos contra ele fazer um grande lixão, o tal ecoponto, na Rua do Mirante, muito próximo da ETEC e da FATEC, na região central”, esclareceu. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Venho abordar dois assuntos entrelaçados. O lixo da cidade. Nós votamos contra o ecoponto. Se o prefeito quisesse retirar o lixo da cidade, se ele quisesse colocar caçambas, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

determinados pontos, ele não precisaria de projeto algum. É prerrogativa dele fazer. Este é mais um projeto, que ele jogou para a Câmara, para a Câmara decidir. Ecoponto, em um único local. Olhem a situação da cidade. Nas Ruas Marques e São Miguel, na Vila Bianchi, lixo há mais de meses! E a população está tocando fogo! Uma vergonha. Se colocassem caçambas espalhadas pela cidade, seriam mais pontos de lixo acumulado, sujando e deixando a cidade com cheiro horrível. Votei contra e continuo sendo contra. Outro assunto são os prédios abandonados, onde não há qualquer fiscalização. Alguns agentes, que foram fiscalizar, algumas pessoas, na cidade, dizem que esses pontos recebem alguma proteção. Se isto existe, deve acabar. A cada denúncia nós vamos fiscalizar até o final. Propósito meu. Ecoponto seria maravilhoso, na zona rural. Na entrada do lixão de Martim Francisco existia um denominado ecoponto, uma caçamba, onde o lixo era depositado. Era uma sujeira só. Hoje, em dia, já foi detonado. Lá caberia uma caçamba sim, e um caminhão poderia retirar todo o lixo. Antes os funcionários tinham que retirar com a mão. Gato morto, carcaças etc. Quem anda pela zona rural sabe do que estou falando. Pelos lados da Cloretil, a cada quinhentos metros, vemos lixo espalhado no chão. Não é só ali, mas em toda zona rural isso acontece. Então, alguns pontos sim, alguns pontos poderiam receber a caçamba e recolher o lixo. Acho que o prefeito deve pensar antes de fazer a crítica. Se quer fazer projeto sustentável, há o IPTU Verde, por exemplo, projeto maravilhoso, que dá oportunidade para se construir com sustentabilidade. Fazer com que a cidade cresça, com qualidade de vida. São loteamentos e mais loteamentos e toda a vazão de água vai às caídas. Avenida Santo Antônio, por exemplo, ou o riozinho, que corta a Vila Bianchi. Chegará momento, em que esses pontos ficarão inundados, porque não existe um projeto sustentável. Daqui, para a frente, todos loteamentos novos devem pensar em algo, para que não sofremos, no futuro, o que já estamos sofrendo, hoje. Um pensamento meu. Vereadores Leonardo e Dr. Ary, quero dizer que estou muito contente, por podermos conversar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e discutir projetos, está muito confortável, para mim, estar no Solidarietà. Estou feliz de termos nos reunido”, aclarou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Hoje, todos nós recebemos uma carta de repúdio contra a morosidade e contra a omissão do Poder Público, na apuração das acusações da chamada Máfia do ISSQN. Todos receberam do auditor fiscal de rendas Eduardo Brandão. No dia 14 de março de 2014, representantes da administração municipal acusaram três auditores de desvio de trinta milhões de reais. Dia 14 de março último, fez dois anos. Houve uma entrevista do primeiro escalão do prefeito, foi feita à imprensa e enviada ao Ministério Público, acusando o vereador Robertinho, servidores e uma empresa de informática de conluio de terem subtraído trinta milhões de reais. A partir daí foi aberta uma sindicância. O Ministério Público, através da representação, acompanhou do caso. A Câmara instituiu uma comissão de acompanhamento e, tanto o MP, quanto a Câmara, apontaram que não havia acusação verídica alguma dos representantes do município. A administração instaurou a sua sindicância e pasmem! Até hoje não foi concluída. Dois servidores foram exonerados. Eles aguardam, através de advogados, o processo de sindicância terminar. Diz aqui, que a Secretaria de Finanças interferiu no resultado da sindicância, portanto, fica o meu repúdio. Esta administração, certamente, não dará fim a esta situação, haja vista o momento eleitoral, e o caso será levado à próxima administração. É assim, que se brinca com servidores públicos, assim que se persegue. Persegue-se e exonera. Portanto, não houve qualquer roubo de trinta milhões de reais, dos cofres públicos, e, mesmo assim, mantem-se a sindicância contra os funcionários há anos”, discursou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Há alguns dias, votamos um requerimento. Este vereador propôs a presença de Elisanita aqui, para que nos mostrasse os cálculos dos valores cobrados sobre a Contribuição de Iluminação Pública - CIP. Agora, chegamos aqui, e o presidente nos informou, que ela não virá. No ofício de justificativa, lemos que a secretária não estará



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presente à Câmara, pois não foi de sua competência o estudo da base de cálculo para cobrança da CIP, conforme tabela constante da lei. E nos mandou entrar em contato com a Secretaria de Obras e agendar com aquele secretário. Ora! A Elisanita não tem condições de prestar os esclarecimentos. Antes de fazermos o requerimento, procuramos saber, quem poderia dar informações a respeito da CIP e a resposta foi a senhora Elisanita. Mas, se mesmo assim, ela não tem condições de informar, se o Executivo tivesse boa vontade, mandaria o Secretário de Obras aqui, para explicar. O requerimento não é para arrumar encrenca, mas para dar satisfações aos munícipes, sobre os valores que estão sendo lançados nas contas. E ainda diz, ‘conforme tabela anexa à lei’. O Vereador Jorge e este vereador entramos numa fria, fomos enganados. Por isso, eu disse, que com este prefeito não empenho minha confiança nunca mais. Ele nos enganou. Votei, favoravelmente, devido ao decreto federal, que disse que a contribuição deveria ser cobrada pelos municípios. Não quis fazer um voto político. Votei diante das condições, que o governo federal impôs. E fomos enganados, porque a tabela não é esta, que é cobrada hoje. Certamente, todos os que votaram favoravelmente, votaram em razão da tabela e da regulamentação federal. Acho que todos foram enganados, independentemente, se da situação, ou posição. Então, não querem dar informações. Simplesmente isso. Não querem dar informações. Se convocarmos o Secretário de Obras, ele não virá. Se o Secretário de Obras vier, virá com um monte de histórias, tal como esta dos auditores, que Maria Helena narrou. Um monte de histórias, histórias e histórias e não se prova nada. Esconde-se tudo e nós não conseguimos saber nada. Parece uma pessoa que vemos na política federal, que não sabe de nada, não viu nada, não participou de nada e não é dono de nada. Infelizmente, é desta forma que vamos terminar o ano de 2016, ou seja, sem informação alguma e aquelas que chegam, chegam maquiadas. Vamos continuar sem prestar informações aos munícipes, porque não conseguimos nada, pormenorizado”, declarou. Na sequência, fez uso da palavra o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Alguns assuntos. O primeiro, relativo aos requerimentos nºs 130 e 132/2016, onde o Vereador Jorge pergunta como vai ser feito o patrulhamento nas Chácaras São Francisco e Sol Nascente. Todos sabem, que fiz um debate ferrenho, junto ao secretário Valdir Biazotto, inclusive, porque o município não estava prestando serviços naquela região de Martim Francisco. Hoje, quero informar que a máquina Patrol acabou de patrulhar a Estrada da Usina, que ficou perfeita. Amanhã, irá para a Estrada do Brumado, também o Bairro do Rosário. Depois, a Patrol volta para Martim Francisco, fazer a rua projetada, a Rua do Barreiro. Depois irá para as Chácaras São Francisco e Sol Nascente, no final desta semana, ou início da semana que vem. Mas a retroescavadeira da Secretaria de Agricultura está limpando as cacimbas da nossa região. Verdade é uma só. Esta discussão sobre a máquina Patrol não se deu por um único dia, mas foram vários dias, debatendo com secretário e o prefeito. Convoquei o secretário aqui e ele veio nos dar explicação. Palavras do ex-funcionário, que gerenciava as máquinas, tal de Alexandre, era a de que nunca havia combustível. Mas aqui, o secretário falou que não era nada disso, disse que tinha Diesel, para ser usado em pontos estratégicos. Acredito em pontos estratégicos, nos quais existisse interesse por parte dele. Eu fiquei, por vários dias, procurando saber onde estavam as máquinas. Ficou até escondida, num sítio da região, não sei qual motivo, ou interesse. Pode estar certo, Vereador Setoguchi, que, para aquela região de Martim Francisco, onde eu fui muito bem votado, estou trabalhando, dia a dia, incansavelmente, e vou continuar. Se houver alguma necessidade, sugiro que o senhor vá buscar a sua região, que é a do Kazumi, que o senhor representa. Agora, em relação às várias vezes, que escutei, nesta tribuna, que o SAAE tem autonomia. Segunda-feira passada, posso ter me colocado mal, em algumas questões. Quando falei que a Vereadora Maria Helena tinha votado a concessão do SESAMM. A senhora, realmente, não era vereadora, mas sua base estava apoiando. Falei que o SESAMM consumia cerca de sessenta por cento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do arrecadado pelo SAAE, mas ela consome cinquenta por cento. Hoje, tenho valores exatos. No mês de fevereiro, o SAAE arrecadou cerca de dois milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil reais. Teve dois milhões, oitocentos e quatorze mil reais de despesas. Dentre as despesas, novecentos e oitenta e quatro mil reais são gastos, com Folha de Pagamento. Com o SESAMM, o SAAE gasta novecentos e noventa e três mil reais por mês. Com materiais, são duzentos e oitenta e sete mil reais. Serviços de terceiros são quinhentos e trinta mil reais. O déficit da autarquia são trezentos e vinte e seis mil reais, incluindo um parcelamento do município, de quatrocentos mil reais, por mês. Sobre a nota, que a imprensa mencionou. Eu falei que nunca votei privatização, mas que votei parceria público-privada. Não são trinta anos, como o SESAMM, mas são dez anos, com a prorrogação, por mais cinco. A imprensa mesmo mencionou, que o tratamento de esgotos foi um ponto auge para a cidade e eu concordo. Não tínhamos tratamento de esgotos. Eu venho pleiteando um tratamento de esgotos, para a região de Martim Francisco. Mas eu não acho certo e tampouco justo, que alguns coloquem a foto dos vereadores apontando: você vendeu o SAAE. Nada disso. Vou começar a colocar fotinho dos vereadores, que aprovaram o SESAMM. E à vereadora, que vem à tribuna e bate, diz que o SAAE tem autonomia, e eu provo que não. Certo, Vereadora Luzia? O SAAE não tem autonomia. Se eu votei favorável à parceria público-privada, é decisão minha e eu penso que votei certo. Mas não acho justo vir à tribuna e me criticar, pelo meu ato”, salientou. Como o próximo inscrito, Vereador Ary Reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Quero iniciar, embora assunto muito debatido, mas falando sobre o Parque das Laranjeiras. Realmente, é local que eu sempre defendi, mesmo antes de ser vereador. Acompanho, dia a dia, o trabalho que está sendo feito ali. Hoje, estão trabalhando na Rua 15. A máquina Patrol está preparando a Rua 15, assim como a Rua 30, para receber o asfalto. Também, como o Vereador Laércio Pires mencionou, comentando minha presença, na reunião, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Captação de Recursos, não consta nenhuma verba parlamentar, que tenha vindo para o Parque das Laranjeiras. Temos cópias xerox. Tínhamos conhecimento também, que todo o dinheiro, usado no Parque das Laranjeiras, é recurso próprio da prefeitura. Por falar em verbas parlamentares, quero mencionar alguma conquista, que trouxemos para a cidade. Nesta busca, lembramos de verba de cento e cinquenta mil reais, oriunda, por intermédio do Deputado Roberto de Lucena, a pedido meu, para ajudar na saúde. A saúde está piorando, situação está se complicando e não medimos esforços, para buscar os deputados e pedir, pelo mínimo de atendimento às pessoas. Falo o mínimo, porque, hoje, percebe-se que a saúde faz o mínimo mesmo. Como o caso de uma senhora, que há dois anos aguarda uma cirurgia. E fomos verificar, que nem o pedido há. Não se sabe se perdeu, nos arquivos, ou o que aconteceu. Fará nova consulta, brevemente, mas aquele pedido anterior se perdeu, no caminho. Outra verba de cem mil reais, que eu pedi e que, contempla apenas áreas de lazer, e pedi sua aplicação na Praça Chico Mendes. Infelizmente, ainda não aconteceu o projeto. Continuo cobrado. Mas, como já disseram, o trabalho do vereador é limitado. Ainda, que se consiga uma verba, muitas vezes não se consegue viabilizar o projeto, como é o caso do meu projeto Centro Dia, aprovado e inaugurado, mas que, até agora, não entrou em funcionamento”, frisou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. “Gostaria de citar o que aquele moleque, o rascunho de prefeito publicou, neste final de semana nos jornais. Ele se diz irritado, com a Câmara Municipal. Ora, ora, ora. Irritada deve estar a população, com ele. Buracos; falta de remédios nos postos; mato, em toda a cidade, penumbra, na cidade, e precariedade da iluminação pública. Irritado com ele, que sequer teve o zelo de chamar os funcionários públicos e retirou itens da cesta básica. Negociou. Pensou, que tirando os itens, poderia negociar melhor o índice de aumento do funcionalismo. E falou que estava irritado, com o comportamento da Câmara. Além de moleque, moleque birrento. Palmadinha nele. Os jornais estão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vendendo o seu espaço, mas ele gastou dinheiro público, para justificar sua birra. Birra. Disse, que com o ecoponto, ele poderia economizar dois milhões de reais. Por que não economizou, com as placas de propaganda inúteis? Falsas promessas, principalmente, para a população do Parque das Laranjeiras. Disse sessenta milhões de reais, para o Parque. Está irritadinho? Pede para sair! E tem gente aqui, que ainda acredita neste moleque. Voto de confiança? Nunca mais! A merenda está horrorosa. Ele está irritado? Irritados estão os pais, os alunos, os funcionários públicos, que estão rezando, para que ele dê aumento, pelo menos a reposição da inflação. Irritado, porque esta Casa votou, corretamente, e mostrou a verdade a ele. Irritados estamos nós. Irritada está a cidade. Que, no próximo protesto, não fiquemos só na rede social Facebook, mas vamos às ruas, mostrar nosso descontentamento, para com esta criança birrada e birrenta. Colocou a cidade no caos! E tem gente, que ainda quer tirar foto com ele. Gente de muito mau gosto”, colocou. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Iniciar, falando sobre a lei do entulho do prefeito. Saiu nos jornais. Ele, criticando a posição, na Câmara. Ele deve se lembrar, que foi vereador e se vereador ele foi, ele deve respeitar a democracia, pois é assim que as coisas funcionam. Além disso, era um projeto sem planejamento algum. A própria base votou contra o projeto. Isto quer dizer, que o prefeito não chamou nem a base, para conversar, ou explicar, detalhadamente, o que significava. Além disso, absurda a instalação de um ecoponto, naquele lugar, sem planejamento, ou sem estudo de impacto de vizinhança. Com FATEC e ETEC bem próximas. E nós estamos errados? Ele falou que, daqui a dez anos, será um absurdo, para a população, saber que a Câmara de Vereadores votou, contrariamente, ao projeto. Penso que absurdo será, ou já é, aos olhos da população, a forma como o prefeito administra esta cidade. Ou melhor, ele não administra. A quantidade de problemas que a população enfrenta, na atual



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

gestão, é enorme. Falta tudo. Situações simples. Buracos não são tapados. É disso, que a população vai se lembrar daqui dez anos, de sua incompetência. Agora, eu gostaria de entrar no mérito da Gripe H1N1, que está bastante comentada, na região. Em Mogi Mirim, não vejo o assunto sendo tratado tão firmemente. Estive reunida com o Secretário de Saúde, na semana passada, para conversar, justamente, sobre esta questão. Se ele executar os trabalhos da secretaria, da forma como me disse, da maneira como ele se propôs, eu acho que poderemos fazer uma grande mudança, reduzir custos e ter uma saúde de qualidade, no município. Com relação à H1N1, ele me disse que as vacinas chegarão no dia 19, podendo iniciar a campanha no dia 30. A prioridade são os idosos, gestantes e crianças até cinco anos. Disse-me ainda, que o município não tem, no caixa da Secretaria Municipal de Saúde, dinheiro disponível, para compra de vacinas, porque a vacina é muito cara e, além disso, é difícil de ser encontrada. Está em falta. Então, é necessário priorizar. Conversamos também sobre a questão da reestruturação do laboratório municipal. Ele se pareceu muito engajado na causa, com vontade mesmo de reestruturar o laboratório. Se caminhar desta forma, tem tudo para dar certo. Recebi também, a carta dos auditores fiscais, assim como todos os demais vereadores. Estão passando por processo de sindicância. É entristecedor. Num período como esse, que o Brasil vive, quando todos clamam por justiça, algo tão lento que diz respeito à vida de pessoas. São dois auditores, que foram mandados embora da prefeitura. Eles tiveram suas vidas viradas de ponta cabeça, por uma administração que não sabe o que quer. Aqui, na Câmara, foi feito estudo, pela comissão, e foram apurados os fatos. E não se constatou nada e, mesmo assim, essas pessoas continuam penalizadas. Os funcionários que não foram exonerados, foram realocados. Algo que muda a rotina da pessoa, por algo que ela não cometeu. Realmente, um absurdo”, explanou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h13, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do **Artigo 171 do Regimento Interno**: 1. Projeto de Lei nº 30, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre as áreas de uso comum do loteamento denominado Residencial Morro do Sol, sua integração à categoria de bens dominais e sobre a outorga de concessão administrativa de uso e dando outras providências”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação e de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que invocou o Artigo 180, do Regimento Interno vigente. “Desejo dizer, que se trata de um empreendimento, totalmente, regularizado e aprovado. O projeto, em tela, autoriza o fechamento, mediante a empresa assumir a troca de lâmpadas, infraestrutura de esgotos, praças públicas e áreas verdes. Espero contar com a aprovação dos senhores e que entendam minha abstenção, por ser parte interessada na matéria”, declarou. Neste ponto, a sessão foi suspensa, às 20h30, e reaberta, às 20h38, pelo senhor Presidente. Antes de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 138/2016, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II e 169 do Regimento Interno, o Adiamento, por quinze (15) dias, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 30/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, o Requerimento de Adiamento nº 138/2016); (aguardem-se quinze (15) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 30/2016 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão); **EM**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2. Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do Programa de Modernização da Administração Tributária e instituindo a Gratificação Fiscal, para os servidores ocupantes das carreiras de Auditor Fiscal de Rendas, Fiscal de Tributos e dando outras providências”. Para discutir o projeto, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Este projeto está para votação em segundo turno. No primeiro turno, fui favorável. É o programa de modernização da administração tributária e institui gratificação aos auditores fiscais. A Comissão de Finanças, por quase dois meses, ouviu todas as partes interessadas, neste projeto de lei, e chegou à conclusão, de que a modernização é o estímulo à meta, a maior arrecadação, estimular o auditor a fiscalizar mais, a cumprir metas. Mas a gratificação é que nos deixa muito preocupados. Serão gratificados apenas auditores que estiverem ao campo. Temos vários auditores na administração municipal, que não serão beneficiados por esta gratificação. Se votarmos favoravelmente, em segundo turno, tenho certeza, amanhã, esses auditores, que não estão ao campo, estarão questionando a lei, aprovada por esta Casa, e o cidadão, o munícipe vai ter que arcar com este erro, praticado por esta Casa. Vejam um exemplo. A Eaton. No mês de abril, a receita caiu. Em março, a receita estava superior. Então, os auditores vão ao campo, até a empresa, saber o que aconteceu. Estes auditores serão beneficiados com a gratificação. Nós vimos o índice de desempenho individual. Altera, significativamente, o salário, quase cem por cento do que ganha o auditor, que vai ao campo. Por outro lado, há o auditor, que está no Protocolo da Prefeitura, que faz o relatório da ida a Eaton, por exemplo, não será gratificado, porque não foi ao campo, não foi até a empresa. Nós temos três auditores, que estão no Fórum, impedidos de fazer auditorias. Não serão gratificados. Nós temos dois auditores, no Poupatempo, que também não serão beneficiados, com a gratificação. Portanto, o nosso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

questionamento é este. Como podemos dar uma gratificação de tamanho volume a alguns e não damos a gratificação a outros auditores, que participaram de um único concurso de auditoria fiscal e tributária e serão excluídos desta gratificação? Portanto, é muita responsabilidade, porque tenho certeza que, com a lei sancionada, o restante dos auditores estará impetrando ação contra a administração. Analisemos, com responsabilidade, pois esta Casa é responsável pela votação de um projeto de lei, que setoriza, numa própria função, numa mesma função, não certas pessoas não receberão gratificação. Meu voto será contrário”, analisou. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Não concordo com este projeto, pois não acho justo valorizar apenas um segmento de servidores. E pior, dentro do segmento, delimita situações: auditores que vão a campo. Pior ainda, é o nome que o prefeito escolheu: programa de modernização da fiscalização tributária. Parece coisa boa, não é? Mas ele está tirando dinheiro de onde não se tem. Com a crise, servidores passando dificuldades, sem reajuste, e itens da cesta básica sendo cortados. Que motivo? Fica para pensar”, expôs. Também comentou a matéria o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. “Em nome do Partido Solidariedade, venho colocar que, observando que o projeto trará desconforto ao funcionalismo, declaramos que vamos votar contra o projeto, desejando ainda, que o governo municipal estabilize o financeiro. Não é momento de dar gratificações”, afirmou. O próximo a discutir foi o Vereador Cinoê Duzo. “Acredito que todo o funcionário público tem que ser reconhecido e valorizado. Todos. Pena, que não podemos adiar o projeto. Mas por que não? A imprensa divulgou que o Sindicato estaria reunido com os funcionários, no dia 18, dialogando sobre o próximo índice de reajuste salarial. Por que não o inverso? Este reajuste seja o parâmetro para todos os funcionários. Eu gostaria que fossem dados cem por cento de aumento a todos. Nada contra os auditores, mas, no meu entendimento, teria que ser o inverso. Todos são funcionários públicos, ou não? Reúne-se, debate-se e se chega



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao consenso. E não se coloca ninguém em saia justa. Nem a Câmara, nem os funcionários, que são os auditores, porque haverá confronto. Haverá um atrito natural, porque alguns ganharão mais que outros, porque alguns terão percentual e outros não. Com a crise que estamos devemos ter cautela e bom senso. Coerência. Vejo esta alternativa, mas pena que não podemos adiar. Mas se houver um diálogo produtivo e como o pseudoprefeito está propondo um reajuste fora da realidade, que ele dê o reajuste fora da realidade a todos os funcionários. A todos sem discriminação. Princípio da isonomia. Para todos os setores: segurança, educação, saúde. Fica minha proposta. Ele que dê um reajuste real, não só reposição e perdas. Dê dez, vinte, trinta por cento. Acima do INPC – Índice de Preços ao Consumidor. Se assim ele fizer, darei minha mão à palmatória e queimo minha língua”, declarou. Para discutir o projeto, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. “Na semana passada, eu não estive na votação. Lamentei não ter participado. Pessoas me ligaram. Estou aqui, hoje, assumindo a responsabilidade deste projeto. É apenas para uma classe, dentro de uma classe. Complicado. Quem faz a lei é o prefeito, mas quem autoriza somos nós. Como vamos autorizar este projeto? Para uns, sim, e para outros, não? Vai ficar muito ruim. Votarei contra”, frisou. Também fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina Cortês Nogueira. “Eu fui contra e serei contra, novamente, no sentido de que a avaliação é feita, em cima de pontualidade, de produtividade e de interesse. Tem que ser para todos os funcionários e não, especificamente, um grupo, porque ele se serve deste grupo, ou quer que este grupo aumente o seu empenho na cobrança de multas. É um grupo que está para fiscalizar e acompanhar, auditar. Então, se vai avaliar, tem que ser para todos, e definir isso, antes do aumento salarial. Outra coisa que me chama atenção. O aumento. Eu conversei com a Elisanita e ela me colocou, que primeiro, tem-se que ver quanto vai pagar para este, ou aquele, para depois, ver o que vai sobrar. Ué? Então, por tudo isso, sou contra e conclamo os colegas a que votem contrariamente”, discursou. A seguir, fez



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uso da palavra o Vereador Luiz Guarnieri. “Completando a palavra dos nobres pares, semana passada já explanei sobre a singela gratificação. Vamos ver. Para quem cumprir o horário, serão dados quinze por cento de reajuste, ou gratificação, como queiram. Um salário de três mil e quinhentos reais, por exemplo, terá gratificação de seiscentos reais. Para aquele que receber uma nota ‘cinco’, não é muito esforçado, mas vem trabalhar, a gratificação será de cinquenta por cento. Quem ganha três mil e quinhentos reais, terá um mil, setecentos e cinquenta reais a mais no salário mensal. Que bela gratificação. E para aquele que receber nota ‘sete’, será concedida uma gratificação de cem por cento. Um segundo salário. A senhora Elisanita, digníssima Secretária de Finanças, não vem aqui, explicar a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, mas aprova essa gratificação, não para a classe dos auditores, mas para a meia dúzia, que, certamente, a apoiou, na exoneração dos funcionários, que não concordaram com aquele absurdo que a Maria Helena explicou, daquele rombo que só existe na cabeça da Elisanita. Então, não dá para aceitar e concordar com isso. O próprio Vereador Manoel Palomino, através do Requerimento nº 136/2016, quer isso para todos os funcionários municipais. É evidente! Por que só para a meia dúzia, que são os amigos dela? E os outros auditores, como ficam? Eles não? Será por que não compactuaram com aquela situação? É evidente, que a gratificação é direcionada. Corta-se o café de todos, mas para os amigos, dobra-se o salário. É uma gratificação absurda. Não podemos concordar e fico contente, que os colegas comunguem da ideia. A bancada do PSB vai votar contrariamente, em consideração a todos os funcionários, que trabalham na prefeitura”, aclarou. Ainda em discussão, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “O que não pode ocorrer, é o vereador jogar com funcionário e falar que ele está aliado à Secretária de Finanças. Não se pode falar assim. Se o Vereador é contra, amém. Mas discordo, quando diz que auditores estão ligados à Secretária de Finanças. Se é contra, vote contra, mas não pode falar estas coisas. O senhor está



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

magoando os funcionários, colocando os auditores em dúvida. Mal informado. Sou a favor do projeto”, afirmou; (colocado a votos, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por quinze (15) votos contrários a um (01) voto favorável, Segundo Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2016, do Poder Executivo); (arquite-se); 3. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal “dispondo sobre a criação do emprego de Analista de Tecnologia da Informação, nos termos da Lei Complementar nº 205, de 2006 e dando outras providências”; (posto a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Segundo Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2016, do Poder Executivo); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Venho registrar a reunião do CONSEG – Conselho de Segurança, feita nas Chácaras Sol Nascente, na quarta-feira passada. Desejo parabenizar todos os integrantes do CONSEG. Falar que a PM esteve representada pelo Capitã Cavaleiro e a Dra. Raquel representou a Polícia Civil. A ida do CONSEG até sol nascente foi devida a vários roubos e furtos, que ocorrem nas chácaras. Foi falado do Programa Vizinho Solidário, que tem funcionado muito bem, em várias regiões do município” comentou. Também fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Nunca votarei contra aumento do funcionalismo. Cada classe deve pressionar o prefeito. Todos têm direito de reivindicar aumento de salário. Aprovamos, em primeiro turno, e, no segundo, votamos contra? Complicado. Quero dizer da verba, que o Deputado David Zaia trouxe para a saúde de Mogi Mirim. Estivemos reunidos no ano passado e nos reunimos com ele, neste ano, também. Gerson, Vereador Palomino e eu conversamos com ele, ano passado, e ele entrou com emenda parlamentar e conseguiu esta verba, para a Santa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Casa. Continuamos trabalhando, para ajudar a Santa Casa. Ano passado, fizemos reunião com o Deputado Federal Roberto Freire. Uma verba de trezentos reais era esperada para a saúde. Mas, com o assalto que está dos ‘petralhas’ no Brasil, que metem a mão no dinheiro, de verdade, não foi possível para o deputado conseguir a verba através do governo. Como também não conseguiu a verba o prefeito, que disse que tinha sessenta milhões de reais para aplicar no Parque das Laranjeiras. Colocou placas de propaganda na cidade inteira. Não procede, não foi avante. Com os assaltos e roubos no Governo Federal, brecaram a verba também. É como digo. E o vereador, que veio à tribuna, para blefar, que tinha uma verba de cento e cinquenta mil reais. E outro, que disse de verba de duzentos e cinquenta mil reais, para infraestrutura no Parque das Laranjeiras. Não é verdade também. Quando a verba chegar é que devemos falar que conseguimos alguma coisa. É triste iludir a população, assim como o próprio prefeito fez. Sessenta milhões de reais. Ele se deu mal. Agora, é obrigado a fazer a infraestrutura, com recursos próprios. E vem vereador aqui, falar que deputado conseguiu verba, para fazer a infraestrutura do bairro. Isto não é justo. Primeiro mostre a verba, para depois falar sobre ela. Caso contrário, será como o prefeito. Nos bastidores, chamam-no de ladrão e mentiroso. Lógico. Blefou, colocou placa, na cidade, dizendo que tinha conseguido sessenta milhões de reais e mentiu, frustrou todo mundo, principalmente, os moradores do Parque das Laranjeiras. O povo está frustrado. E, nesta Casa, não podemos mentir. Dizer que conseguiu verba. Mentira. Não conseguiu nada. Levantamos a informação na secretaria e o secretário disse que isso não existe. Pode ser que esteja para chegar, mas não chegou. Não podemos adiantar uma coisa, que não está na mão. Temos que fazer uma política transparente, diferente. Tem vereador que conseguiu verba aqui e ele nem se lembra. O Vereador Osvaldo. Ele conseguiu uma verba com o Deputado Carlos Sampaio. E outras coisas, com o Deputado Federal Nelson Marquizzelli. E nós estamos pleiteando nova verba com o Deputado David Zaia”, falou.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Como o próximo orador inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares. “Vou falar do Parque das Laranjeiras sim. Mas antes, queria falar da onça, que está pela Rodovia dos Agricultores. Pessoal do Instituto Chico Mendes estará aqui, para vermos o que pode ser feito. O local, próximo à divisa entre Artur Nogueira e Mogi Mirim. Houve desmatamento e a área foi transformada em canavial. Problema seriíssimo. A presa preferida da onça são as capivaras. Nos canaviais é o que mais tem. Este é um dos motivos. Aviso o pessoal da imprensa, se quiser estar presente, juntamente com os técnicos do Instituto Chico Mendes. Hoje recebi denúncia contra a venda de ‘chumbinho’ em Mogi Mirim. No mesmo momento chamei o pessoal da Vigilância Sanitária, para providências. ‘Chumbinho’ é proibido. É seriíssimo. O denunciado não era ‘chumbinho’, mas era algo nocivo também, vendido na prateleira, não se pode também. Parque das Laranjeiras. Pessoal. Podem tirar o que quiserem de mim, podem falar o que quiserem. Que tal rua foi alguém quem conseguiu asfaltar, que outro é que está lutando pelo Córrego Toledo, que outro conseguiu a verba de três milhões de reais para o NIAS, que não fui eu quem conseguiu verbas para o Time da Vila Dias. Podem tirar muitas coisas de mim, mas não a luta pelo Parque das Laranjeiras. O Parque das Laranjeiras é a minha vida. Falo com toda a propriedade sobre o Parque das Laranjeiras, porque eu fui coordenador da Pastoral da Criança por sete anos e sei dos problemas todos, de crianças e jovens, pois tudo passava por mim, o coordenador geral da pastoral na zona leste, então, por isso falo que conheço os problemas da população, de lá, das famílias e de seu dia a dia. Quando falei em cento e cinquenta mil reais, era para os vereadores ficarmos contentes e não para metralhar, ou buscar saber se era verdade, ou mentira. Dizer que iria mostrar toda a verdade. Vereadores. Se algum dos senhores me disser, que conseguiu uma verba para o Parque das Laranjeiras, quando da assinatura do convênio, se eu puder estar junto, ótimo, se eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não puder, darei meus parabéns. Porque àquele que faz pelo Parque das Laranjeiras, meus amigos, eu tiro o meu chapéu. Se quiser, o vereador que está preocupado, mostro minhas lutas pelo Parque das Laranjeiras e vamos somar forças. Não precisa dizer que estou blefando. Não há necessidade de me chamar de mentiroso. Não estou enganando a população não. É a primeira vez, que vejo um documento, onde está escrito ‘serão destinados cento e cinquenta mil reais para infraestrutura, no Parque das Laranjeiras’. Se esse prefeito e o grupo dele não tiverem responsabilidade para correr atrás, de assinar a parceria, ou acharem que é pouco, nós vamos perder este dinheiro! Só não vamos ter o dinheiro, se a administração não quiser. Não estive na sessão. Soube, que falariam sobre mim. Liguei para o Deputado Sílvio Torres e ele me garantiu; disse ainda, que virão mais verbas. Então, particularmente, gostaria que o vereador, ao invés de me criticar, sentasse comigo, visse e que, comemorássemos juntos a conquista! Não precisa bater em mim. Ou o vereador queria que este dinheiro fosse para outro lugar?”, discursou. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Guarnieri. “Vereador Leonardo. Sobre o adiamento do Projeto de Lei nº 30/2016, surgiu apenas uma eventualidade aqui, a respeito da água. Concordamos com o adiamento, vamos verificar e creio, que esteja correto. Pode contar com o nosso apoio, em especial o meu, vamos deixar isso de forma bem tranquila. Outro assunto, que gostaria de comentar, é a respeito do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, que, infelizmente, não teve campanha satisfatória, neste campeonato, e acabou descendo para a Segunda Divisão do campeonato Paulista. É com tristeza. Não tivemos equipe competitiva, como nos anos anteriores. Num momento como este, devemos aprender com os erros. Quem sabe, com esta dificuldade, o time retornando à Segunda Divisão, não possa ter uma reestruturação, uma nova diretoria imbuída nos valores de defesa dos bens e patrimônio do MMEC. Quem sabe assim, com toda a cidade, os torcedores, poderemos quem sabe, em breve, retornar à Primeira Divisão”, afirmou. Também fez uso da palavra, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira. “Apenas para terminar de fazer a colocação do primeiro momento. Direto ao ponto, soube que o Prefeito Gustavo Stupp foi aos jornais falar do ecoponto. Só lembrar, sobre o projeto, que dizia, que ficava vedado à população depositar entulhos, em geral, em vias e logradouros, praças, jardins, áreas verdes e de preservação, ou em terrenos baldios. E depois, ao final, a questão do ecoponto. E ele informa o endereço do ecoponto, lá no Bairro Mirante. Em nenhum momento ele fala sobre quais providências foram tomadas relativas à segurança do meio ambiente. Em Jundiaí, por exemplo, existe um ótimo trabalho, com os entulhos sendo aproveitados pela prefeitura. Isto é interessante. Que a prefeitura apresente alguma coisa que nos prove a sua verdadeira intenção. Essa proposta de lei visava diminuir as despesas da prefeitura. Enganando. Ele disse, nos jornais, que nada havia que provasse, que havia alguma coisa nos entulhos, que pudesse conter larvas do *Aedes aegypti*. Ora. Nós encontramos privadas, objetos, latas de tinta, baldes cheios de água. Se isso não é criadouro, não sei o que possa ser. Outra coisa. Saiu no jornal da prefeitura, Diário Oficial, que os contemplados, na lista final do Programa Minha Casa/Minha Vida, estão sendo chamados todos para uma reunião, na próxima quarta-feira, no Setor de Habitação. Sei que muitos não leram, não pegam este jornal e peço à população, que divulgue sobre a reunião”, colocou. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, inscrito, desistisse da palavra, dirigiu-se à tribuna, para discursar, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Eu acabo de receber uma ligação de um casal amigo, residente na zona rural, José Osmar e Sílvia. Disseram, que a Polícia Militar, na tarde de hoje, fez uma vistoria, em todas as vans e micro-ônibus utilizados no transporte rural e urbano e que, amanhã, tais veículos não vão poder rodar, porque não têm a carteirinha de inspeção da CIRETRAN – Circunscrição Regional de Trânsito. Ora! Mas as vans do município também não têm as carteirinhas. Tanto as terceirizadas, quanto as do município. É sério o que vai acontecer amanhã, pois o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

transporte escolar, rural e urbano, não estará rodando. É preciso que a situação se resolva dentro do município, com as vans. Não é possível que a vistoria pare tudo. Preparemo-nos amanhã. Muito triste a situação. Um orçamento significativo e a situação não está na legalidade”, declarou. Como o próximo orador, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Venho, novamente, à tribuna. Duas menções. A primeira. Já fui um dos vereadores mais taxativos, no sentido de falar, em relação às contas de Carlos Nelson Bueno. Se as contas chegarem, repito que vou manter o parecer desfavorável do Tribunal de Contas - TC. E reafirmo, pessoalmente, que o PROS. Não posso falar pelo partido ainda, mas vamos conversar e acredito não haja objeção. Se no nosso grupo de vereadores, tivermos um candidato, entre nós, pelo tempo que conheci e acredito na sua idoneidade, esta pessoa é Osvaldo Quaglio. Talvez ele venha candidato e, de antemão, declaro o meu apoio pessoal. Tempos atrás, jamais pensei fazer aliança com o PSDB, por causa da lavagem cerebral que o PT, Ernani Gragnanello faz com seus correligionários. Eu nem podia olhar para peessedebistas, mas acho que a simpatia pendeu mais e por conhecer a idoneidade do Vereador Osvaldo, posicione-me. E vou conversar com o meu partido, se o senhor vier candidato nas próximas eleições. Outra situação. A Vereadora Luzia veio tentar fazer repreensão a mim, sobre o meu manifesto a respeito da autonomia do SAAE. Eu disse que, hoje, o SAAE não tem autonomia, realmente. Concordo com ela, mas em partes. Se a prefeitura tivesse feito jus ao débito de nove milhões de reais, que tem para com o SAAE. Mas eu não trabalho com suposições, eu trabalho com fatos. A Vereadora bem sabe, que são cinco milhões em dívidas, oriundas do governo Carlos Nelson Bueno, e mais três milhões de reais, desta gestão. Não sei se tinha dívida do governo Paulo Silva. Isto não sei. Sei que a gestão Carlos Nelson deve cinco milhões e esta deve três milhões. Nós aprovamos, na Câmara, o REFIS, que dá o direito às pessoas física e jurídica de fazerem o parcelamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de suas dívidas. O município aderiu e paga quatrocentos mil reais/mês ao SAAE. Então, aprovamos uma lei e não vamos deixar que ela seja cumprida pelo próprio município? Se a contas do prefeito vão ser aprovadas, ou não, não é problema meu. Demos autonomia para ele fazer o parcelamento, ele parcelou e está pagando. E vamos nos lembrar, que a dívida não vem só dele. Não o estou defendendo. Só que não acho justo acusar um lado e deixar outro. Não trabalho com suposições, mas com fatos, relembro. Todas às vezes que vim à tribuna para discursar, tive respaldo. Sempre terei, porque não tenho o hábito de jogar palavras ao vento”, falou. Como o próximo orador, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Bendito José do Couto. “Quero esclarecer a questão sobre a verba do Parque das Laranjeiras. Em nenhum momento desmereço sua luta, Vereador Luís Roberto. Não é isso o que está em jogo. Também não sou contra verbas de espécie alguma. Como eu também travo uma luta por lá, antes mesmo de eu ser vereador, como o vereador disse que tinha conseguido uma verba, o que se entendia, pelo vereador Laércio Pires e eu, é que, o que está sendo feito, hoje, é oriundo de verba de deputado. O secretário já tinha comunicado, que se trata exclusivamente, de verba municipal. Agora, se o senhor tem outra verba, que está por vir, não duvido disso. Tem meu apoio. Tudo o que for para a zona leste e para o Parque das Laranjeiras, principalmente, é bem-vindo. Quero aproveitar para agradecer toda a base, que tem ajudado a cobrar o prefeito, para que seja colocado esse recurso próprio, para que, pelo menos algumas ruas do Laranjeiras, estejam sendo asfaltadas. Dizer que suas conquistas são muito bem-vindas. Nada contra sua lua, até o parabenizo, pois sempre lutou pelo bairro. A questão é apenas a de que a citada verba não está sendo utilizada para o momento. Também estou buscando mais recursos para o Laranjeiras, junto a deputado. Não sou contra e tudo o que vier para o Parque das Laranjeiras é bem-vindo. O objetivo e lutarmos juntos”, narrou. O próximo orador foi o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Cinoê Duzo. “Desejo reforçar o convite para a palestra em comemoração ao Programa Amor Exigente, no dia 16, no Centro Cultural. Palestra com a presença do Padre Haroldo Hahm. Esse grupo salva muitas vidas. Trabalha com famílias também. Um problema desses, na família, todos se tornam dependentes, pois ficam fragilizados. Tudo o que o adicto passa, a família torna-se refém. Carência de buscar aquele produto que vai acabar com a família. Salvando vidas e devolvendo a pessoa livre à família. Convido a todos, pois é mais que uma palestra, é seriíssimo. As drogas estão dominando e acabando com as famílias. Este grupo trata da família. Uma família estruturada, sabendo lidar com o problema, ela não cederá. Não podemos entregar os pontos seja na rua, ou na escola. Temos que enfrentar este problema real, dando suporte a grupos, tais como o Amor Exigente. Conheçam mais este grupo. Deus abençoe a todos os que, de uma forma, ou de outra, combatem as drogas na sociedade”, salientou. Como o próximo orador, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro. “Sobre Comissão Especial de Inquérito para apuração de irregularidades na saúde, quero dizer que recebi indicados de mais dois partidos, o PV e PPS. Solicitar à Vereador Luzia, se puder, que formalize ofício, para eu incluir no processo. Pelo PROS irá o Vereador Waldemar Marcurio. O Vereador Luís Roberto irá compor, pelo PEN. Pelo PSD, o Vereador Jorge. A Vereadora Luzia irá pelo PSB. O Vereador Manoel, pelo PPS. O Vereador Benedito pelo PV e eu pelo PSDB. Nada impede, que os demais deixem de participar. Sem problemas, se quiserem. Amanhã vou adiantar e iniciar os trabalhos, questões sérias na saúde, dinheiro público envolvido em denúncias graves. Buscamos apurar os fatos. Relativo ao SAAE, queria dizer que entendo o posicionamento das vereadoras, porque também fui contrária ao projeto e participei das audiências. O que me angustiou foi a questão, que se fala de um rombo, que o SAAE não consegue caminhar, mas, em nenhuma audiência, conseguimos evidenciar isto. De forma alguma. O ex-



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

presidente do SAAE, Luciano, conversou conosco e foi possível sentir, que ele é contra. Lógico, que ele não vai falar publicamente. O SAAE não tem tal rombo, para que se justifique a concessão. Além do mais, sou estadista sim. O poder público não pode se curvar à iniciativa privada. Estamos aqui, por um tempo, para cuidar do que é do povo. O prioritário é o povo. Propusemos plebiscito, mas o prefeito quis barrar. Não quis consultar a população. Ele foi eleito pelo povo, mas não quer ouvir as pessoas. Outro problema, que eu trago hoje, é a questão da cesta básica. Até elogio o sindicato dos servidores, por ter se manifestado em relação a isso. Num tempo de tanta crise, com a alimentação muito cara, produtos do supermercado não mantêm o seu valor, reduzir itens prioritários da cesta básica, é péssimo. É o básico. Não vamos poupar nos alimentos básicos, mas vamos cortar e economizar nas placas de propaganda, que estão espalhadas pela cidade. Cortar alimentação do funcionário é o fim. Esta administração está se enterrando dia após dia”. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h45, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM